

CORREIO BRAZILIENSE

TAXA DE CÂMBIO, JUROS E DÉFICIT PÚBLICO

08 JAN 1998

Antonio Oliveira Santos

Desde o lançamento do Plano Real, em julho de 1994, ficou evidente que a sustentação do programa de estabilização iria depender da abertura do mercado nacional às importações, sem restrições, a preços de competição que inibissem as tentativas de elevação de preços pelas empresas nacionais. Essa estratégia foi assentada em dois parâmetros: a tarifa de importação, drasticamente reduzida desde o início de 1994, e a taxa de câmbio sobrevalorizada, que da paridade R\$ 1,00/US\$ 1,00 no início de julho de 94, chegou a R\$ 0,83/ US\$ 1,00 no final de novembro daquele ano. O atrativo das importações foi de tal ordem que seu nível aumentou 150% no segundo semestre de 94 e 84% de 95 a 97. Atrás das importações vieram os gastos com viagens e turismo, que aumentaram de US\$ 1,8 bilhão em 1993, para US\$ 6 bilhões em 1997. Em resumo, o déficit de transações correntes, que era de US\$ 0,6 bilhão em 1993, passou para US\$ 33 bilhões em 1997. Em quatro anos, o déficit acumulado já monta à fabulosa cifra de US\$ 75 bilhões!

É aí que entram as taxas de juros. Como pode o Brasil financiar esse enorme endividamento externo? A resposta é simples: mediante a ele-

vação das taxas de juros, com a finalidade de atrair os financiadores estrangeiros.

A partir desse ponto, as coisas começaram a se complicar. Primeiro, porque os juros elevados desestimulam as atividades econômicas, e condenam o país a um crescimento medíocre, como se pode ver pelo desaquecimento do PIB, a partir de 1994. Segundo, porque juros altos agravam sobremaneira o déficit do setor público, condenado a um permanente estado de desequilíbrio. Durante o Plano Real, a carga tributária aumentou de 25% do PIB para 32%, enquanto o déficit nominal caiu de 7% para 5%. Atualmente, os juros da dívida interna pesam quase tanto no Orçamento da União quanto as despesas de pessoal. Nos últimos três anos, a dívida pública federal interna aumentou de R\$ 61,8 bilhões para R\$ 209,8 bilhões.

Também na área cambial o crescente desequilíbrio elevou a dívida externa de US\$ 145,7 bilhões, em 1993, para US\$ 193 bilhões em 1997. O programa de privatizações tem ajudado muito a aliviar a situação, com o ingresso de investimentos diretos, mas, mesmo assim, as remessas de juros e dividendos passaram de US\$ 11,4 bilhões em

1993, para US\$ 20,5 bilhões, em 1997. A evolução desse processo criou uma perigosa situação de dependência da economia nacional aos distúrbios financeiros nos mercados internacionais. A evidência dessa dependência apareceu, pela primeira vez, com a crise cambial do México, no final de 1994. A fuga de capitais — cerca de US\$ 70 bilhões — arrasou a economia mexicana em 1995 e 1996. Os reflexos da crise (Efeito Tequila) produziram grandes danos à Argentina e também ao Brasil. As reservas cambiais brasileiras caíram em US\$ 7 bilhões, o Banco Central aumentou fortemente as restrições monetárias e produziu uma recessão econômica do segundo semestre de 1995 ao primeiro semestre de 1996.

Novamente, em outubro último, a economia brasileira foi abalada pela crise financeira do Sudeste Asiático. No Extremo Oriente, a liquidação de ativos pertencentes a investidores estrangeiros derrubou fragorosamente as bolsas de valores e produziu uma onda de desvalorização que, em alguns países, chegou a mais de 50%. Aqui no Brasil, também despencaram os preços das ações e houve um princípio de corrida cambial, que custou ao

Banco Central a perda de cerca de US\$ 11 bilhões nas reservas internacionais. O BNDES e a CVM adotaram medidas rápidas para proteger as bolsas e o Banco Central elevou a taxa básica de juros de 20,7% para 46,4% ao ano, para defender as reservas e a taxa de câmbio.

A brutal elevação das taxas de juros jogou a economia nacional em novo percurso de recessão, reduzindo as atividades econômicas, suspendendo inúmeros programas de investimento e agravando o desemprego da mão-de-obra. Por outro lado, o peso dos juros abateu-se sobre o governo e agravou ainda mais o crônico déficit público; em consequência, foi adotado um ajuste fiscal de emergência, da ordem de R\$ 20 bilhões, dos quais cerca de R\$ 12 bilhões representam aumento de impostos.

Atualmente, a economia nacional caminha na direção de uma imprevisível recessão, vergada ao peso de uma taxa de câmbio sobrevalorizada, de uma taxa real de juros que é a mais alta do mundo e uma carga tributária de 32% do PIB.

■ Antonio Oliveira Santos é presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC) e dos conselhos nacionais do Sesc e do Senac